

Os números da inconsciência

Uma das características mais perversas da crise brasileira é que a maioria dos seus protagonistas fala “economês” ou diz entender de economia, mas não se preocupa com os efeitos que a crise, em seus diferentes aspectos, acaba tendo sobre a economia. Pode-se dizer que todos — no Legislativo, no Executivo, nos partidos, nos sindicatos e nas associações de classe — decidiram que o crescimento do PIB não é relevante, porque, como diz a Comissão Sul, “não é sinônimo de desenvolvimento”. Ainda que se tenha como válida a assertiva dessa comissão, integrada por políticos e economistas de expressão de diferentes países do Sul, não se negará que sem aumentar o PIB não será possível falar em valorização do homem ou em desenvolvimento social, especialmente quando a população cresce a índices altos. Ora, não se pode esperar o crescimento econômico de um país como o Brasil, quando, em apenas um ano — e só no setor público — se perderam por greves e paralisações diversas 194,2 milhões de jornadas.

Esse número se refere a 1989, ano em que a inflação disparou, e foi levantado pelo sociólogo Eduardo Noronha, da Unicamp, em pesquisa intitulada “Acompanhamento de greves no Brasil”. Nesse total de dias devem ser computados aqueles cuja perda foi sentida diretamente pelos setores carentes da população (como no caso das greves nos

setores ligados à saúde e à previdência), ou foi notada de modo indireto (como quando houve greve nas empresas que integram o braço econômico do Estado, como Petrobrás ou Banco do Brasil), ou simplesmente nem foram objeto de consideração do público, como paralisações em ministérios. Isso para não falar nas greves ocorridas nas universidades federais, cujos efeitos se fazem sentir direta e imediatamente sobre os alunos e imediatamente, quando é o caso, sobre a produção intelectual e científica do País, que assim se vê relegada cada dia mais rapidamente a uma situação de maior penúria.

O que ressalta da análise feita por Noronha, e por nós sumariada ontem no **Caderno de Economia**, é que a participação dos funcionários públicos (da administração direta ou da indireta) nos movimentos paretistas foi de 18,9% no total dos grevistas em 1978 e de 76% em 1988 e o total de pessoas paradas subiu de 142 mil para 8 milhões. Em suma, boa parte da crise que o Estado brasileiro atravessa decorre da circunstância de as greves o impedirem de funcionar, seja nos serviços que presta diretamente à população, seja nas empresas de propriedade da União ou dos Estados. Não somos nós que proclamamos a lenidade com que o Executivo, ou seus prepostos, acompanha a evolução, grave,

dessa situação. É o próprio Noronha que fala em “descaso governamental” e no claro desinteresse do governo em realizar progressos substantivos no campo das negociações salariais, de molde a evitar o prolongamento da duração das greves. O setor privado, reconhece o pesquisador, evoluiu na condução das negociações, e o número de greves e de trabalhadores parados e de jornadas de trabalho perdidas foi menor no período.

Há sem dúvida causas econômicas reais na base de muitas das reivindicações que conduziram às greves, especialmente em 1989, quando a hiperinflação esteve às portas. Há, porém, além do desinteresse governamental em diminuir a duração delas, outra realidade indiscutível: a certeza que os trabalhadores têm de que não correm riscos se lançando à greve. Os que falam “economês” ou se dizem economistas (e muitos políticos) reclamam do empresariado brasileiro (em muitos casos com razão) pelo fato de não desejar correr riscos. Que dizer, então, de trabalhadores ou funcionários que vão à greve sabendo que seu ponto não será cortado, os dias parados serão pagos e ninguém será demitido? Em suma — e nos referimos à administração direta, mais especificamente —, fazem greve certos de que podem ganhar

sem trabalhar, como se fossem os “disponíveis” que a malograda reforma administrativa do governo atual mandou para casa. Nas empresas estatais, a possibilidade da demissão existe sempre, mas é mera possibilidade. A cada greve, insiste-se em que sejam readmitidos, com direito ao que deveriam ter percebido, os que eventualmente tenham sido demitidos. E normalmente se ganha a reivindicação.

O ministro Mailson da Nóbrega, cremos que em 1989, disse a integrantes do Alto Comando do Exército que a politização dos sindicatos das empresas estatais (todas elas “estratégicas”) acabaria colocando o Estado nas mãos dos ativistas sindicais. Sem os efeitos subversivos da ordem jurídica que se poderiam temer, as greves no setor público (da economia ou da administração) contribuíram, no entanto, de maneira decisiva, para apressar a crise do Estado brasileiro — que os desentendimentos em torno do Emendão sugerem ser mais profunda do que se supõe. O mais delicado, repetimos, é que ninguém toma consciência — e age em consequência — de que um país não pode parar quatro dias por ano (este o cálculo de Noronha), quando necessita crescer. A questão é que não se pensa mais em crescimento — apenas falam dele, mas agem de maneira a inviabilizá-lo, até mesmo no Executivo, para não dizer no Congresso!